

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 14/11/2017

Data Referência: 30/09/2017

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 30/09/2017

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.308.194.522

Preferenciais 1.308.194.522

Total 2.616.389.044

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	2.352.178	2.310.444
1.01	Ativo Circulante	32.824	45.158
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.987	2.713
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.909	18.168
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.909	18.168
1.01.03	Contas a Receber	16.396	17.652
1.01.03.01	Clientes	16.396	17.652
1.01.04	Estoques	2.057	1.186
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.121	3.498
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.121	3.498
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.354	1.941
1.01.08.03	Outros	2.354	1.941
1.02	Ativo Não Circulante	2.319.354	2.265.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	170.207	166.427
1.02.01.03	Contas a Receber	17.167	16.260
1.02.01.03.01	Clientes	17.167	16.260
1.02.01.06	Tributos Diferidos	152.506	149.638
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.506	149.638
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	520	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	520	520
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14	9
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	14	9
1.02.03	Imobilizado	7.026	9.282
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.026	9.282
1.02.04	Intangível	2.142.121	2.089.577
1.02.04.01	Intangíveis	2.142.121	2.089.577

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	2.352.178	2.310.444
2.01	Passivo Circulante	276.674	191.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.149	8.846
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.149	8.846
2.01.02	Fornecedores	18.386	7.369
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.386	7.369
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.595	3.769
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.718	1.986
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.718	1.986
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.877	1.783
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	225.252	158.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	163.690	140.223
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	163.690	140.223
2.01.04.02	Debêntures	61.562	18.540
2.01.05	Outras Obrigações	21.292	12.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.106	4.409
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	13.106	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	4.409
2.01.05.02	Outros	8.186	7.994
2.01.05.02.04	Obrigações para Direito da Concessão	454	437
2.01.05.02.05	Outros	44	19
2.01.05.02.06	Receita Diferida	7.688	7.538
2.02	Passivo Não Circulante	1.494.076	1.606.470
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.351.145	1.479.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	481.607	571.806
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	481.607	571.806
2.02.01.02	Debêntures	869.538	907.516

2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	143	143
2.02.04	Provisões	98.691	81.260
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.460	4.619
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.601	2.404
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.859	2.215
2.02.04.02	Outras Provisões	93.231	76.641
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	93.231	76.641
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	44.097	45.745
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	44.097	45.745
2.03	Patrimônio Líquido	581.428	512.824
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.162.500
2.03.02	Reservas de Capital	114.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	114.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-712.572	-649.676

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	154.081	352.625	93.070	305.271
3.01.01	Receita de Pedágio e Acessórias	84.382	230.665	77.480	215.925
3.01.02	Receita de Construção	69.699	121.960	15.590	89.346
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-121.239	-277.310	-65.071	-233.745
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-52.230	-156.558	-49.635	-145.302
3.02.02	Custos de Construção	-69.009	-120.752	-15.436	-88.443
3.03	Resultado Bruto	32.842	75.315	27.999	71.526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.777	-26.700	-7.894	-27.972
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.811	-26.734	-7.894	-27.947
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.811	-26.734	-7.894	-27.947
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34	34	0	-25
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.065	48.615	20.105	43.554
3.06	Resultado Financeiro	-34.508	-114.379	-46.803	-169.276
3.06.01	Receitas Financeiras	2.818	8.945	5.118	13.262
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.326	-123.324	-51.921	-182.538
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.443	-65.764	-26.698	-125.722
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	889	2.868	658	1.821
3.08.02	Diferido	889	2.868	658	1.821
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.554	-62.896	-26.040	-123.901
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.554	-62.896	-26.040	-123.901
3.99.01.01	ON	-0,0040	-0,0240	-0,0110	-0,0600
3.99.02.01	ON	-0,0040	-0,0240	-0,0110	-0,0600

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.554	-62.896	-26.040	-123.901
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.554	-62.896	-26.040	-123.901

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	104.330	136.290
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.136	132.348
6.01.01.01	Prejuízo no Período antes do IR e CS	-62.896	-125.722
6.01.01.02	Margem Bruta de Construção	-139	-903
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	72.550	71.145
6.01.01.05	Provisão para Manutenção	16.590	6.442
6.01.01.06	Provisão para Riscos	841	658
6.01.01.07	Receita Diferida	-1.498	-1.330
6.01.01.08	Variações Monetárias, Cambiais e Encargos	62.115	178.054
6.01.01.09	Prejuízo na Baixa Imobilizado e Intangível	0	243
6.01.01.10	Provisão para Credores Duvidosos	-92	213
6.01.01.11	Constituição de Outorga Variável	1.665	3.548
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.194	3.942
6.01.02.01	Créditos a Receber	1.348	742
6.01.02.02	Estoques	-871	1.612
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	1.377	1.165
6.01.02.04	Adiantamentos	-439	-880
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-907	-877
6.01.02.07	Fornecedores	11.330	6.869
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	-3.042	-1.043
6.01.02.09	Salários e Encargos Sociais a Recolher	-697	1.621
6.01.02.11	Partes Relacionadas	8.718	-112
6.01.02.12	Outros	25	-1.699
6.01.02.13	Receita Diferida	0	94
6.01.02.14	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-1.648	-3.550
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.706	-119.579

6.02.01	Aplicação Financeira	3.306	-19.245
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-570	-418
6.02.03	Aquisição Intangível	-122.442	-99.916
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.391	-26.627
6.03.01	Aumento de Capital	17.500	126.500
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	29.127	30.000
6.03.03	Juros Pagos	-98.479	-87.199
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos	-57.757	-95.928
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	114.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.985	-9.916
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.881	14.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.896	4.311

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 30/09/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	0	0	-649.676	0	530.324
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	0	0	-649.676	0	530.324
5.04	Transações de Capital com os Sócios	114.000	0	0	0	0	114.000
5.04.01	Aumentos de Capital	114.000	0	0	0	0	114.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-62.896	0	-62.896
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.896	0	-62.896
5.07	Saldos Finais	1.294.000	0	0	-712.572	0	581.428

01/01/2016 à 30/09/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	126.500	0	0	0	0	126.500
5.04.01	Aumentos de Capital	126.500	0	0	0	0	126.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.901	0	-123.901

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.901	0	-123.901
5.07	Saldos Finais	1.110.500	0	0	-630.967	0	479.533

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	375.334	325.696
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	252.733	236.543
7.01.02	Outras Receitas	34	20
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	121.960	89.346
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	607	-213
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.915	-157.804
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-120.752	-88.443
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-78.192	-67.711
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.971	-1.650
7.03	Valor Adicionado Bruto	174.419	167.892
7.04	Retenções	-72.545	-71.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.545	-71.145
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	101.874	96.747
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.945	13.262
7.06.02	Receitas Financeiras	8.945	13.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	110.819	110.009
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	110.819	110.009
7.08.01	Pessoal	26.451	27.544
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.489	20.541
7.08.01.02	Benefícios	5.227	5.726
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.666	1.277
7.08.01.04	Outros	69	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.313	23.422
7.08.02.01	Federais	11.323	11.595
7.08.02.02	Estaduais	669	300
7.08.02.03	Municipais	12.321	11.527

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	122.951	182.944
7.08.03.01	Juros	122.424	182.053
7.08.03.02	Aluguéis	210	563
7.08.03.03	Outras	317	328
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-62.896	-123.901
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-62.896	-123.901

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2017	31/12/2016
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2017	31/12/2016
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 30/09/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

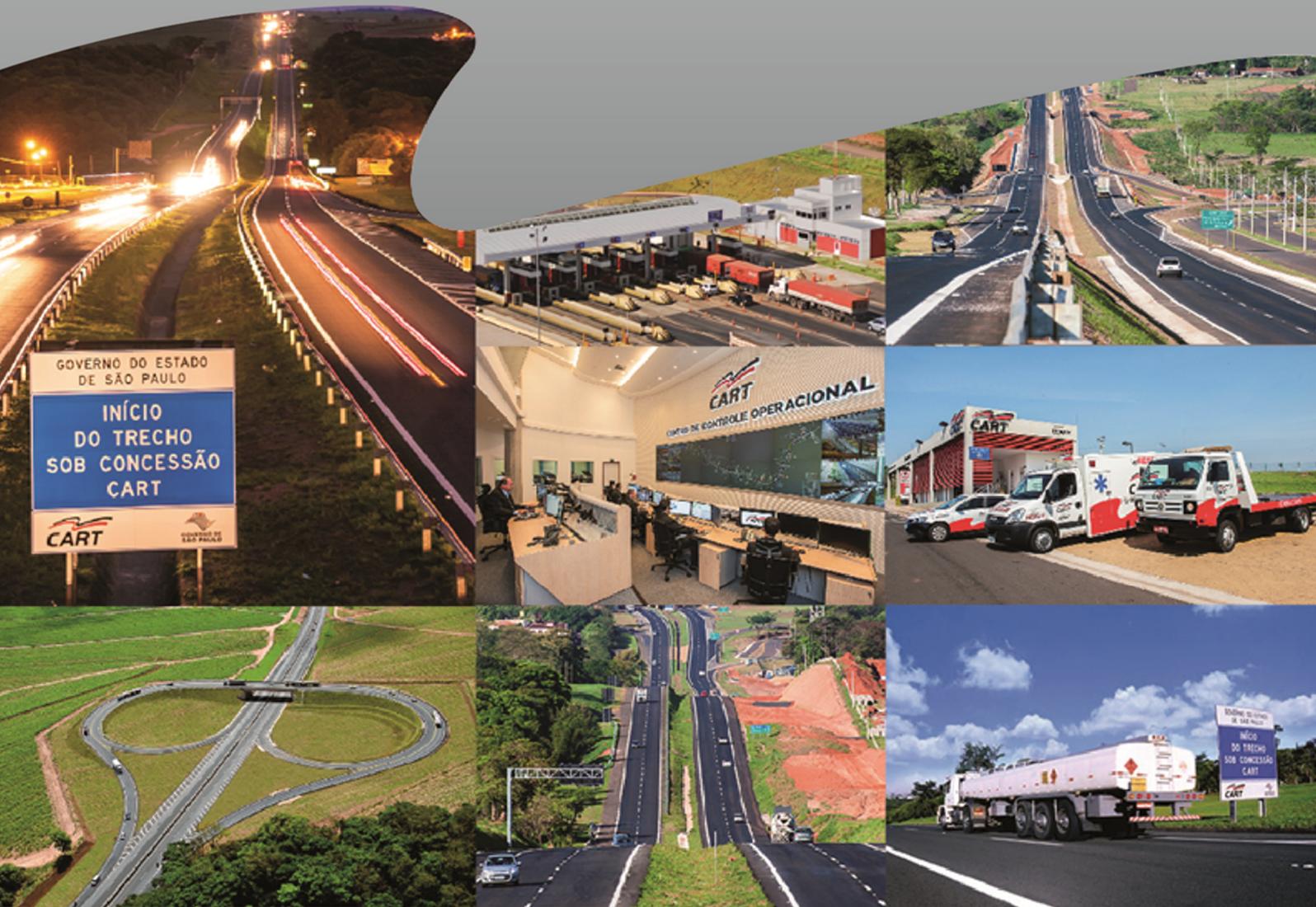
DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

Comentário de Desempenho

30 de setembro de 2017



CART AUMENTA SUA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA EM 8,9% NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2017 COMPARADO AO TERCEIRO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR. EBITDA AJUSTADO CRESCE 13,0% NO MESMO PERÍODO.

A **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**, (“CART”) ou (“Companhia”), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, no trecho entre Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e respectivos acessos.

A administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Desempenho correspondente às Informações Financeiras Intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, acompanhado do relatório de revisão dos Auditores Independentes.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao terceiro trimestre de 2016, acumulado dos nove primeiros meses de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhares, exceto quando indicado de outra forma.

DESTAQUE DO PERÍODO

- **CART disponibiliza internet grátis nas 12 bases do Serviço de Atendimento ao Usuário**

Desde 1º de Agosto os usuários que transitam nas rodovias administradas pela CART - Concessionária Auto Raposo Tavares podem acessar a internet gratuitamente por meio de rede Wireless (Wi-Fi) nas 12 bases do SAU - Serviço de Atendimento ao Usuário, instaladas ao longo do Corredor Raposo Tavares.

Trata-se de uma ferramenta tecnológica oferecida aos condutores para tornar a viagem mais confortável e segura, que o motorista utilize o celular enquanto estiver parado ou descansando em uma das bases. A CART é a primeira concessionária do Estado de São Paulo a oferecer internet Wi-Fi gratuita em todas as bases de atendimento ao usuário.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
VEPs	13.184	12.534	5,2%	36.782	37.440	-1,8%
Veículos Leves	3.996	3.769	6,0%	11.817	11.409	3,6%
Veículos Pesados	9.188	8.765	4,8%	24.965	26.031	-4,1%
Tráfego	6.126	5.812	5,4%	17.709	17.493	1,2%
Veículos Leves	4.045	3.812	6,1%	11.961	11.550	3,6%
Veículos Pesados	1.964	1.887	4,1%	5.410	5.616	-3,7%
Veículos Isentos	117	113	3,5%	338	327	3,4%
Tarifa Média (R\$)	6,78	6,55	3,5%	6,63	6,11	8,5%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

No terceiro trimestre de 2017, as praças de pedágio da CART registraram 13,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes, 5,2% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

A variação positiva dos Veículos Leves está relacionada principalmente à recuperação econômica dos últimos meses. Além disso, obras de duplicação em trechos ao longo da via foram inauguradas neste período, melhorando a fluidez da rodovia e atraindo novos usuários.

A variação positiva dos Veículos Pesados pode ser atribuída, conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços disponibilizados no sistema ALICEWEB, a 2ª safra de grãos (soja e milho), que comparado com o mesmo período do ano passado, cresceu 90% na soja e 110% no milho (neste período do ano de 2016 houve quebra de safra de milho).

A Companhia contabilizou 6,1 milhões de veículos nas praças de pedágio, frente aos 5,8 milhões apurados no 3T16, um crescimento de 5,4%.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Receita Bruta	162.145	100.462	61,4%	374.693	325.889	15,0%
Receitas com Pedágio	89.341	82.107	8,8%	243.748	228.685	6,6%
Receitas Acessórias	3.105	2.765	12,3%	8.985	7.858	14,3%
Receita de Construção (IFRS)	69.699	15.590	347,1%	121.960	89.346	36,5%
Receita Bruta Ajustada¹	92.446	84.872	8,9%	252.733	236.543	6,8%
Deduções da Receita Bruta	(8.064)	(7.393)	9,1%	(22.068)	(20.619)	7,0%
Receita Líquida Ajustada¹	84.382	77.479	8,9%	230.665	215.924	6,8%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Receita Líquida Ajustada (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Receita Líquida Ajustada¹	84.382	77.479	8,9%	230.665	215.924	6,8%
Receitas com Pedágio	81.567	74.970	8,8%	222.514	208.795	6,6%
Receitas Acessórias	2.815	2.509	12,2%	8.151	7.129	14,3%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 84,4 milhões no 3T17, um crescimento de R\$ 6,9 milhões, ou 8,9% frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

- Receita com Pedágio – Representou 96,7% da Receita Líquida Ajustada, um crescimento de R\$ 6,6 milhões, ou 8,8%, representado especialmente pelo aumento de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) no período, aliado ao reajuste da tarifa básica das praças, vigente a partir de 1º de julho de 2017 com aumento médio de 3,6%.
- Receitas Acessórias – Representou 3,3% da Receita Líquida Ajustada, um aumento de R\$ 0,3 milhão, causado principalmente pelo efeito da correção monetária dos contratos em relação ao mesmo período do ano anterior.

CUSTOS & DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Custos & Despesas Operacionais	(131.016)	(72.965)	79,6%	(304.010)	(261.717)	16,2%
Pessoal	(11.104)	(10.616)	4,6%	(31.238)	(32.028)	-2,5%
Conservação & Manutenção	(6.752)	(8.067)	-16,3%	(20.516)	(23.248)	-11,8%
Operacionais	(7.435)	(7.646)	-2,8%	(23.497)	(23.443)	0,2%
Outorga Variável	(1.387)	(1.273)	9,0%	(3.791)	(3.548)	6,8%
Despesas Administrativas	(5.473)	(3.698)	48,0%	(15.081)	(13.418)	12,4%
Custo de Construção (IFRS)	(69.009)	(15.436)	347,1%	(120.752)	(88.443)	36,5%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.530)	(2.395)	130,9%	(16.590)	(6.442)	157,5%
Depreciação & Amortização	(24.326)	(23.834)	2,1%	(72.545)	(71.147)	2,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(56.477)	(55.134)	2,4%	(166.668)	(166.832)	-0,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

No terceiro trimestre de 2017, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 131,0 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 69,0 milhões de Custo de Construção e R\$ 5,5 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve uma redução no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo volume de investimentos no período. A Provisão de Manutenção reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua vida útil.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustados somaram R\$ 56,5 milhões no período, um acréscimo de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, percentual que se encontra abaixo do reajuste da inflação (IPCA-E) que apresentou uma variação de 2,6% no período.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
EBIT	23.065	20.105	14,7%	48.615	43.554	11,6%
(+) Depreciação & Amortização	24.326	23.834	2,1%	72.545	71.147	2,0%
EBITDA¹	47.391	43.939	7,9%	121.160	114.701	5,6%
Margem EBITDA¹	30,8%	47,2%	-16,4 p.ps	34,4%	37,6%	-3,2 p.ps
Ajustes	4.840	2.241	-216,2%	15.382	5.539	121,0%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(69.699)	(15.590)	-347,1%	(121.960)	(89.346)	-36,5%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	69.009	15.436	347,1%	120.752	88.443	36,5%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) ¹	5.530	2.395	130,9%	16.590	6.442	157,5%
EBITDA Ajustado¹	52.231	46.180	13,1%	136.542	120.240	13,6%
Margem EBITDA Ajustado²	61,9%	59,6%	2,3 p.ps	59,2%	55,7%	3,5 p.ps

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção;

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 52,2 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 61,9% uma variação positiva de 2,3 p.p. no período em comparação.

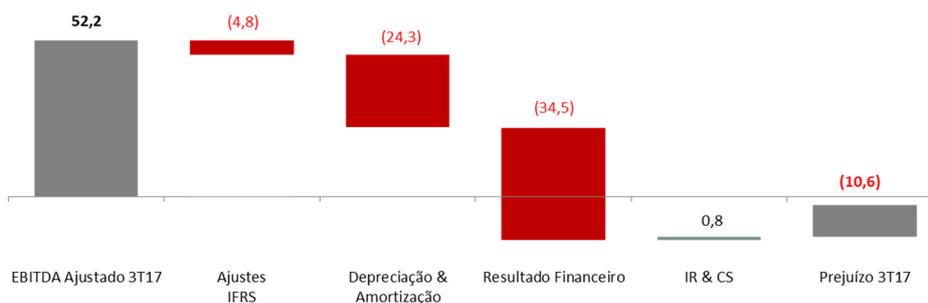
RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Resultado Financeiro	(34.508)	(46.803)	-26,3%	(114.379)	(169.276)	-32,4%
Receitas Financeiras	2.818	5.118	-44,9%	8.945	13.262	-32,6%
Juros sobre Aplicações Financeiras	2.813	5.116	-45,0%	8.779	13.162	-33,3%
Outros	5	2	150,0%	166	100	66,0%
Despesas Financeiras	(37.326)	(51.921)	-28,1%	(123.324)	(182.538)	-32,4%
Juros sobre Despesas Financeiras	(32.397)	(34.516)	-6,1%	(95.444)	(101.612)	-6,1%
Variações Cambiais e Monetárias	(4.673)	(17.398)	-73,1%	(26.980)	(80.440)	-66,5%
Comissões e Despesas Bancárias	(111)	(92)	20,7%	(318)	(283)	12,4%
Outros	(145)	85	-270,6%	(582)	(203)	186,7%

No 3T17, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 34,5 milhões de despesas líquidas, uma redução de 26,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com Despesas Financeiras, pela diminuição do volume principal da dívida (amortizações do período), além das menores variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ mil)	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(10.554)	(26.040)	-59,5%	(62.896)	(123.901)	-49,2%



A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 10,6 milhões no terceiro trimestre de 2017, uma diminuição de 59,5% em relação ao mesmo período anterior, impactado principalmente pela melhora do Resultado Financeiro (R\$ 12,3 milhões), conforme explicado anteriormente.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	9M17	9M16	▲
Dívida Líquida	(1.375.849)	(1.642.643)	-16,2%
Disponibilidades	153.576	165.272	-7,1%
Caixa e equivalentes de caixa	9.896	28.930	-65,8%
Aplicações Financeiras ¹	143.680	136.342	5,4%
Dívida Bruta	1.529.425	1.807.915	-15,4%
Curto Prazo	219.778	212.401	3,5%
Empréstimos e Financiamentos	163.690	162.675	0,6%
Debêntures	61.562	52.853	16,5%
(-) Encargos Financeiros	(5.474)	(3.127)	75,1%
Longo Prazo	1.309.647	1.595.514	-17,9%
Empréstimos e Financiamentos	481.607	668.166	-27,9%
Debêntures	869.538	975.080	-10,8%
(-) Encargos Financeiros	(41.498)	(47.732)	-13,1%
Dívida Líquida Ajustada²	(1.422.821)	(1.693.502)	-16,0%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos

² Div Líquida Ajustada - desconsidera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros

A Companhia encerrou o 9M17 com uma redução na dívida bruta de R\$278,5 milhões ou 15,4% menor em relação ao mesmo período do ano anterior. O perfil do endividamento da Companhia se manteve, com 85,6% no longo prazo.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	9M17	9M16	▲
Investimento Total	115.959	85.694	35,3%
Imobilizado	570	418	36,4%
Intangível	122.268	90.139	35,6%
Software e Outros	308	793	-61,2%
Direito de Concessão (Investimento)	121.960	89.346	36,5%
(-) Transação Não Caixa	(5.671)	(3.960)	43,2%
(-) Margem de Construção	(1.208)	(903)	33,8%

Nos nove meses acumulados de 2017 foram investidos R\$ 115,9 milhões, destinados principalmente à execução de melhorias no sistema viário. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

EVENTO SUBSEQUENTE

Em 11 de outubro, a CART oficializou a entrega das obras de duplicação da SP-225. A inauguração dos 37 km de trecho duplicado incluem a construção de duas faixas de rolamento, acostamento, sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro central e alguns pontos com new jersey (mureta) para separar o fluxo de veículos nos dois sentidos da rodovia. O trecho também será monitorado 24h por meio das câmeras interligadas ao CCO – Centro de Controle Operacional da CART. A rodovia duplicada conta ainda com 82 telefones de emergência para uso dos motoristas que precisam de ajuda ou em casos de emergência.

CONSIDERAÇÕES

Em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de “eixos suspensos”).

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

foi de 6,5%. As medidas mencionadas não se mostraram suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste da tarifa.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

Como não houve solução no âmbito administrativo, a Companhia ajuizou ação pelo restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 (Em
milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência em 16 de março de 2009, que igual a data de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de

dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 30 de setembro de 2017, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$243.850 (R\$145.992 em 31 de dezembro de 2016), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$225.252.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da operação “Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 13 de novembro de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota explicativa nº 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.1. Normas, Alterações e Interpretações de normas

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis trimestrais. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9/CPC 48 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15/CPC 47 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11 – CPC 17);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

b) Novas IFRS que ainda não possuem CPC correspondente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b.1) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b.2) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	1.959	2.251
Bancos	<u>3.028</u>	<u>462</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.987</u>	<u>2.713</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras não vinculadas:					
(*) Certificados de Depósitos Bancários – CDB					
Compromissadas com Debêntures	75% a 85%	CDI	Set/20	<u>4.909</u>	<u>18.168</u>
Aplicações Financeiras Ativo Circulante				4.909	18.168
Aplicações financeiras vinculadas:					
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-Compromissadas com BNDES	fixado 90% a 100,25%	CDI	Out/17 a Abr/19	76.618	79.133
(***) Certificados de Depósitos Bancários Pós-Compromissadas com Debêntures	95% a 99%		Out/17 a Set/19	<u>67.063</u>	<u>6.896</u>

Aplicações financeiras vinculadas – Passivo Não Circulante	143.681	86.029
Aplicações financeiras	<u>148.590</u>	<u>104.197</u>

A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

(*) As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas a 75% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mesma taxa praticada em 31 de dezembro de 2016.

(**) As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 95,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada no Contrato de Financiamento firmado com o BNDES, que determina que a Companhia deva constituir uma Conta Reserva.

(***) As aplicações financeiras no montante de R\$67.063 em 30 de setembro de 2017 (R\$6.896 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 90,0% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 99% a 99% do CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AVI (*)	14.161	16.852
Vale pedágio	745	712
Locação de fibra óptica	432	246
Outros	2.059	1.450
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (**)	<u>(1.001)</u>	<u>(1.608)</u>
Total	<u>16.396</u>	<u>17.652</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 18 dias.

(**) A PECLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). São consideradas em PECLD valores vencidos há mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI. É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de seis meses do reconhecimento do crédito.

	<u>Total</u>	<u>(PECLD)</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 180 dias</u>
30 de setembro de 2017	17.397	(1.001)	16.396	1.001
31 de dezembro de 2016	19.260	(1.608)	17.652	1.608
			<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Movimentação da PECLD				
Saldo no início do período			(1.608)	(1.256)
Adições			(1.385)	(2.404)
Reversões/baixas			<u>1.992</u>	<u>2.052</u>
Saldo no fim do período			<u>(1.001)</u>	<u>(1.608)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF - aplicações financeiras	2.121	3.497
Outros	-	1
Total	<u>2.121</u>	<u>3.498</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal	154.255	154.255
Base negativa da contribuição social	55.532	55.532
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	341	341
Participações nos lucros e resultados (PLR)	404	404
Provisão para riscos processuais	284	284
Provisões não dedutíveis	948	948
Provisão de manutenção	16.911	16.911
Margem de construção (*)	(9.078)	(9.395)
Amortização de direito de concessão (*)	(49.840)	(51.578)
Custo de captação de debêntures (*)	(15.992)	(17.180)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(1.259)</u>	<u>(884)</u>
	<u>152.506</u>	<u>149.638</u>
Impostos Diferidos – Ativo	228.675	228.675
Impostos Diferidos – Passivo	(76.169)	(79.037)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 228 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. A provisão de manutenção e o custo de captação são realizados conforme o prazo da conclusão da obra e do financiamento, respectivamente.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2016 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais.

A Companhia não constituiu, até setembro de 2017, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$137.024 (R\$118.101 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>30/09/2017</u>
2019	51
2020	3.707
2021	3.448
2022 a 2024	17.730
2025 em diante	<u>203.739</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(76.169)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>152.506</u>

c) Tributos a recolher

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS	1.201	1.144
ISS	1.877	1.783
IRRF e CSRF	329	692
INSS sobre terceiros	<u>188</u>	<u>150</u>
Total circulante	<u>3.595</u>	<u>3.769</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(65.764)	(125.722)	(11.443)	(26.698)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>22.360</u>	<u>42.745</u>	<u>3.891</u>	<u>9.077</u>
Adições permanentes	(570)	(1.274)	295	(515)
Exclusões permanentes	2	-	2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(18.924)</u>	<u>(39.650)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>(7.904)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.868	1.821	889	658
Alíquota efetiva	4,36%	1,45%	7,77%	2,46%

7. IMOBILIZADO

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/09/2017</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	69	-	6.144
Móveis e utensílios	10	3.836	4	-	3.840
Veículos	5	3.580	-	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.626	491	-	39.117
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>6</u>	-	<u>326</u>
		52.601	570	-	53.171
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(32)	(4)	-	(36)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(354)	-	(5.076)
Móveis e utensílios		(3.257)	(274)	-	(3.531)
Veículos		(2.094)	(486)	-	(2.580)
Equipamentos de informática		(32.919)	(1.695)	-	(34.614)
Ferramentas e aparelhos		<u>(295)</u>	<u>(13)</u>	-	<u>(308)</u>
		<u>(43.319)</u>	<u>(2.826)</u>	-	<u>(46.145)</u>
Imobilizado líquido		<u>9.282</u>	<u>(2.256)</u>	-	<u>7.026</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	5.809	266	-	6.075
Móveis e utensílios	10	3.995	-	(159)	3.836
Veículos	5	3.546	34	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.741	163	(278)	38.626
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		<u>52.575</u>	<u>463</u>	<u>(437)</u>	<u>52.601</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(7)	-	(32)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(875)	-	(4.722)
Móveis e utensílios		(2.974)	(442)	159	(3.257)
Veículos		(1.439)	(655)	-	(2.094)
Equipamentos de informática		(30.404)	(2.785)	270	(32.919)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(23)</u>	<u>=</u>	<u>(295)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>429</u>	<u>(43.319)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(4.324)</u>	<u>(8)</u>	<u>9.282</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de ajuste para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer ajuste para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2017.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/09/2017</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	10.397	308	-	10.705
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	121.960	(5)	2.022.758
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		<u>2.545.220</u>	<u>122.268</u>	<u>(5)</u>	<u>2.667.483</u>
<u>Amortização</u>					
Software		(7.663)	(825)	-	(8.488)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(53.042)	-	(336.911)
Outorga fixa		<u>(164.100)</u>	<u>(15.850)</u>	<u>=</u>	<u>(179.950)</u>
Amortização acumulada		<u>(455.643)</u>	<u>(69.719)</u>	<u>=</u>	<u>(525.362)</u>

	31/12/2015(**) (Reapresentado)	Captação	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Varição monetária	Transferências	31/12/2016
Passivo circulante (*)								
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(78.833)	(40.289)	40.083	6.828	(368.386)	80.409
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	30.785	20.494	(282.553)	59.433
Conta garantida - Bradesco	=====	<u>30.000</u>	<u>(29.992)</u>	<u>(4.777)</u>	<u>5.150</u>	=====	=====	<u>381</u>
Subtotal	<u>901.721</u>	<u>30.000</u>	<u>(145.719)</u>	<u>(98.180)</u>	<u>76.018</u>	<u>27.322</u>	<u>(650.939)</u>	<u>140.223</u>
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	-	-	-	-	-	-	368.386	368.386
Sênior - BNDES - IPCA	-----	-----	-----	-----	-----	-----	<u>282.553</u>	<u>282.553</u>
Subtotal	=====	=====	=====	=====	=====	=====	<u>650.939</u>	<u>650.939</u>
Aplicações financeiras vinculadas (***)	<u>(83.113)</u>							<u>(79.133)</u>
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>818.608</u>							<u>712.029</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida encontra-se totalmente no circulante em função do não atendimento das cláusulas restritivas, com o reestabelecimento dos índices financeiros, em 31 de dezembro de 2016, a dívida foi transferida para longo prazo.

(**) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A intenção de liquidar o passivo em bases líquidas deve-se à situação econômica financeira da Companhia, retração econômica do país e restrição de caixa, cenário este não previsto no exercício de 2015. Dessa forma, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos foram reclassificadas para o passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015.

(***) As aplicações financeiras no montante de R\$76.618 em 30 de setembro de 2017 (R\$79.133 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	Taxa	Indexador	Vencimentos	30/09/2017	31/12/2016
(***) Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	90% a 100,25%	CDI	Out/17 a Abr/19	76.618	79.133

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 95,0% a 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI).

BNDES

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2017</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	147.720
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	78.908
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	35.400
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	130.164
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	81.339
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>218.862</u>
Subtotal				<u>692.393</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(76.618)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>615.775</u>
Parcelas do circulante				134.168
Parcelas do não circulante				558.225

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	177.927
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	88.939
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	39.902
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	142.028
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	95.226
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	246.759
Subtotal				790.781
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(79.133)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>711.648</u>
Parcelas do circulante				139.842
Parcelas do não circulante				650.939

(*)Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	30/09/2017
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	529.047
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	516.088
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(46.972)</u>
Subtotal				<u>998.163</u>
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(67.063)</u>
Debentures líquidas				<u>931.100</u>
Parcelas do circulante				61.562
Parcelas do não circulante				936.601

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015 (**)</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Custo de</u> <u>captação</u> <u>amortizado</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Varição</u> <u>monetária</u>	<u>Amortização</u> <u>principal</u>	<u>Amortização</u> <u>juros</u>	<u>Transferência</u>	31/12/2016
Passivo circulante								
Debêntures	11.628	-	58.704	1.260	(9.991)	(58.350)	19.457	22.708
Custos a amortizar	<u>(3.055)</u>	<u>480</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.593)</u>	<u>(4.168)</u>
Total	<u>8.573</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>1.260</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>17.864</u>	<u>18.540</u>
Passivo não circulante								
Debêntures	919.777	-	-	60.453	-	-	(19.457)	960.773
Custos a amortizar	<u>(47.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.593</u>	<u>(46.361)</u>
Total	<u>871.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.453</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.864)</u>	<u>914.412</u>
Total geral	<u>880.396</u>	<u>480</u>	<u>58.704</u>	<u>61.713</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>-</u>	<u>932.952</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	<u>(5.914)</u>							<u>(6.896)</u>
Debêntures líquidas	<u>874.482</u>							<u>926.056</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	31/12/2016
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	498.269
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	485.212
(-) Custos de transação - Debêntures				(50.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				<u>(6.896)</u>
Debentures líquidas				<u>926.056</u>
Parcelas do circulante				18.540
Parcelas do não circulante				914.412

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$67.063 em 30 de setembro de 2017 (R\$6.896 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 90,0% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 99% a 99% do CDI).

(**) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A intenção de liquidar o passivo em bases líquidas deve-se à situação econômica financeira da Companhia, retração econômica do país e restrição de caixa, cenário este não previsto no exercício de 2015. Dessa forma, as aplicações financeiras vinculadas às debêntures foram reclassificadas para o passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015.

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	95% a 99%		Out/17 a Set/19	<u>67.063</u>	<u>6.896</u>

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 30 de setembro de 2017.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	18.584
2019	14.096
2020	43.298
2021	113.180
2022 a 2024	<u>747.443</u>
	<u>936.601</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2017 é de R\$46.972 (R\$50.529 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	(5.473)
2018	(1.296)
2019	(6.117)
2020	(7.230)
2021	(8.089)
2022 a 2024	<u>(18.767)</u>
	(46.972)

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Companhia foram atendidas.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	30/09/2017			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	2.602	17.870	142	20.614
Cíveis	<u>2.858</u>	<u>29.433</u>	<u>719</u>	<u>33.010</u>
	<u>5.460</u>	<u>47.303</u>	<u>861</u>	<u>53.624</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2016			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	2.404	13.767	91	16.262
Cíveis	<u>2.215</u>	<u>36.720</u>	<u>113</u>	<u>39.048</u>
	<u>4.619</u>	<u>50.487</u>	<u>204</u>	<u>55.310</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2017</u>
Trabalhistas	2.404	415	(217)	2.602
Cíveis	<u>2.215</u>	<u>2.732</u>	<u>(2.089)</u>	<u>2.858</u>
Total	<u>4.619</u>	<u>3.147</u>	<u>(2.306)</u>	<u>5.460</u>

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	676	1.897	(169)	2.404
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>966</u>	<u>(407)</u>	<u>2.215</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>2.863</u>	<u>(576)</u>	<u>4.619</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.602 em 30 de setembro de 2017 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$17.870 em 30 de setembro de 2017 (R\$13.767 em 31 de dezembro de 2016).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.858 em 30 de setembro de 2017 (R\$2.215 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$29.433 em 30 de setembro de 2017 (R\$36.720 em 31 de dezembro de 2016), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 2.322.

- c) Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 2.444.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Partes Relacionadas	Transação	Relação da parte com a Companhia	Ativo		Passivo		Resultado	
			30/09/2017		30/09/2017		30/09/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa	Receita
BR 040	Nota Débito	Ligada	-	-	-	-	-	-

METRORIO	Nota Débito	Ligada	-	-	-	100	-	-
LAMSA	Nota Débito	Ligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Nota Débito	Ligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPOT	Nota Débito	Ligada	-	520	-	-	-	-
INVE PAR (*)	Nota Débito	Controladora	-	-	13.106	-	(8.697)	-
			=	520	13.106	143	(8.697)	=

Partes Relacionadas	Transação	Relação da parte com a Companhia	Ativo		Passivo		Resultado	
			30/12/2016		30/12/2016		30/09/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa	Receita
BR 040	Nota Débito	Ligada	-	-	-	-	-	-
METRORIO	Nota Débito	Ligada	26	-	-	100	-	26
LAMSA	Nota Débito	Ligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Nota Débito	Ligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPOT	Nota Débito	Ligada	-	520	-	-	-	-
INVE PAR (*)	Nota Débito	Controladora	-	-	4.409	-	(6.151)	26
			26	520	4.409	143	(6.151)	26

(*)Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Procedimento Arbitral

CART

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o corpo de árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização destas informações contábeis trimestrais não foram apresentadas as alegações iniciais pela requente (OAS) e, portanto, a CART avalia que somente com as evidências apresentadas durante o curso do processo arbitral, os advogados da CART terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois, nesse momento, não há elementos suficientes para essa avaliação.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.749.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período / exercício.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Pró-labore	980	386
Bônus variáveis	896	704
Encargos	375	77
Outros benefícios	<u>164</u>	<u>71</u>
	<u>2.415</u>	<u>1.238</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita diferida</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Infraestrutura de telecomunicação	51.342	53.040
Outros	<u>443</u>	<u>243</u>
	<u>51.785</u>	<u>53.283</u>
Circulante	7.688	7.538
Não circulante	44.097	45.745

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de setembro de 2017 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2017</u>
Não circulante	<u>76.641</u>	<u>16.590</u>	<u>93.231</u>
Total	<u>76.641</u>	<u>16.590</u>	<u>93.231</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 30 de setembro de 2017 é de 9,16% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito da Companhia era de R\$1.180.000, sendo, R\$1.162.500 integralizadas e R\$17.500 a integralizar, representados por 2.616.389.044

ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Em 15 de abril de 2017 foi integralizado o aporte de capital no montante de R\$ 17.500 representados por 76.460 ações, sendo 38.230 ações preferenciais e 38.230 ações ordinárias.

Dessa forma em 30 de setembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INVEPAR	<u>114.000</u>	=
	<u>114.000</u>	=

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pela Administração da INVEPAR em 22 de fevereiro de 2017.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	<u>01/01/2017</u> <u>a 30/09/2017</u>	<u>01/01/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>	<u>01/07/2017</u> <u>a 30/09/2017</u>	<u>01/07/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>
Receita bruta de pedágio	243.748	228.685	89.341	82.107
Receitas acessórias	8.985	7.858	3.105	2.765
Receita de construção	121.960	89.346	69.699	15.590
Impostos e deduções	<u>(22.068)</u>	<u>(20.618)</u>	<u>(8.064)</u>	<u>(7.392)</u>
	<u>352.625</u>	<u>305.271</u>	<u>154.081</u>	<u>93.070</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>01/01/2017</u> <u>a 30/09/2017</u>	<u>01/01/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>	<u>01/07/2017</u> <u>a 30/09/2017</u>	<u>01/07/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>
Pessoal e encargos	(31.238)	(32.028)	(11.104)	(10.616)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Conservação e manutenção	(20.516)	(23.248)	(6.752)	(8.067)
Seguros e garantias	(2.251)	(1.923)	(715)	(769)
Serviços de terceiros	(9.536)	(9.277)	(3.084)	(3.064)
Veículos	(3.626)	(4.147)	(1.203)	(1.184)
Consultoria e assessoria	(1.951)	(3.099)	(242)	(1.143)
Aluguéis e impostos	(173)	(696)	(41)	(195)
Energia elétrica	(1.546)	(1.813)	(410)	(448)
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos	(234)	(871)	(241)	(324)
Partes relacionadas	(8.199)	(6.151)	(3.414)	(2.175)
Provisão de manutenção	(16.590)	(6.442)	(5.530)	(2.395)
Outorga variável	(3.791)	(3.548)	(1.387)	(1.273)
Depreciação e amortização	(72.545)	(71.145)	(24.326)	(23.832)
Custo de construção	(120.752)	(88.443)	(69.009)	(15.436)
Outros	(11.062)	(8.886)	(3.558)	(2.044)
	<u>(304.010)</u>	<u>(261.717)</u>	<u>(131.016)</u>	<u>(72.965)</u>
Custo de serviços prestados	(156.558)	(145.302)	(52.230)	(49.635)
Custo de construção	(120.752)	(88.443)	(69.009)	(15.436)
Despesas gerais e administrativas	(26.734)	(27.947)	(9.811)	(7.894)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	(25)	34	=
	<u>(304.010)</u>	<u>(261.717)</u>	<u>(131.016)</u>	<u>(72.965)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicação financeira	8.945	13.262	2.818	5.118
	8.945	13.262	2.818	5.118
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos	(47.920)	(57.769)	(15.585)	(18.758)
Juros sobre debêntures	(47.524)	(43.844)	(16.812)	(15.619)
Variação monetária – BNDES	(26.980)	(80.440)	(4.673)	(17.398)
Outras	(900)	(485)	(256)	(146)
	<u>(123.324)</u>	<u>(182.538)</u>	<u>(37.326)</u>	<u>(51.921)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(114.379)</u>	<u>(169.276)</u>	<u>(34.508)</u>	<u>(46.803)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2017 a 30/09/2017			01/01/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						

Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(31.448)	(31.448)	(62.896)	(61.951)	(61.950)	(123.901)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.301.893</u>	<u>1.301.893</u>	<u>2.603.786</u>	<u>1.037.462</u>	<u>1.037.461</u>	<u>2.074.923</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,024)	(0,024)		(0,060)	(0,060)	

	01/07/2017 a 30/09/2017			01/07/2016 a 30/09/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(5.277)	(5.277)	(10.554)	(13.020)	(13.020)	(26.040)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.301.893</u>	<u>1.301.893</u>	<u>2.603.786</u>	<u>1.156.367</u>	<u>1.156.367</u>	<u>2.312.734</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,004)	(0,004)		(0,011)	(0,011)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2017, é de R\$454 (R\$437 em 31 de dezembro de 2016).

Durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$3.773 (R\$4.778 em 31 de dezembro de 2016) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$139.534. Vigência de 12 meses.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 43.175	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$139.534	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2017 a 01/08/2018	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2017 a 01/08/2018	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$100.000	20/03/2017 a 20/03/2018	XL Seguros	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos

e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.987	-	2.713	-
Aplicação financeira - vinculada (*)	4.909	-	18.168	-
Aplicação financeira - vinculada (**)	143.681	-	86.029	-
Partes relacionadas	-	520	-	546
Créditos a receber	-	16.396	-	17.652
Total do ativo	<u>153.577</u>	<u>16.916</u>	<u>106.910</u>	<u>18.198</u>
<u>Passivos</u>				
Fornecedores	-	18.386	-	7.369
Partes relacionadas	-	13.249	-	4.552
Empréstimos e financiamentos	-	721.915	-	791.162
Debêntures (***)	-	998.163	-	932.952
Obrigações com poderes concedentes	-	454	-	437
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.752.167</u>	<u>-</u>	<u>1.736.472</u>

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

(***) Líquido do custo a amortizar

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se

aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de setembro de 2017 tinham o valor de R\$807.192 (R\$ 978.247 em 31 de dezembro de 2016).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Aplicações financeiras	143.681	-	143.681	-
Total	<u>143.681</u>	<u>-</u>	<u>143.681</u>	<u>-</u>
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>

Debêntures	<u>807.192</u>	<u>-</u>	<u>807.192</u>	<u>-</u>
Total	<u>807.192</u>	<u>-</u>	<u>807.192</u>	<u>-</u>
Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)				
	<u>31/12/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Aplicações financeiras	<u>86.029</u>	<u>-</u>	<u>86.029</u>	<u>-</u>
Total	<u>86.029</u>	<u>-</u>	<u>86.029</u>	<u>-</u>
Mensurados a valor justo - Passivos financeiros				
	<u>31/12/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>978.247</u>	<u>-</u>	<u>978.247</u>	<u>-</u>
Total	<u>978.247</u>	<u>-</u>	<u>978.247</u>	<u>-</u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM n° 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n° 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	10,07%	7,55%	5,04%
Passivo financeiro			
IPCA	2,93%	3,66%	4,40%
TJLP	7,15%	8,94%	10,73%
Conta garantida	10,07%	12,59%	15,11%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

Operação	Risco	Base	Cenário	Cenário A	Cenário B
			Provável		
Aplicação financeira (**)	DI	4.909	494	371	247
Aplicação financeira (***)	DI	143.681	14.469	10.848	7.242

a) Passivo financeiro (*)

Operação	Risco	Base	Cenário	Cenário A	Cenário B
			Provável		
Debêntures	IPCA	936.601	27.442	34.280	41.210
BNDES	TJLP	392.192	28.042	35.062	42.082
BNDES	IPCA	300.201	8.796	10.987	13.209
Conta garantida	DI	29.522	2.973	3.717	4.461

(*) O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

(**) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

(***) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta valores a receber de R\$17.397 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 81,40% deste, ou seja, R\$14.161, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.260 em 31 de dezembro de 2016, sendo 83,71% com a CGMP, ou seja, R\$16.123). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 30 de setembro de 2017, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>30 de setembro de 2017</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	163.690	258.235	226.116	73.873	721.915
Debêntures	61.562	75.978	553.239	307.384	998.163
Fornecedores	18.386	-	-	-	18.386

<u>31 de dezembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	140.223	353.579	163.305	134.055	791.162
Debêntures	18.540	71.521	303.650	539.241	932.952
Fornecedores	7.369	-	-	-	7.369

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos	721.915	791.162
Debêntures	998.163	932.952
Caixa e equivalentes de caixa	(4.987)	(2.713)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	(4.909)	(18.168)
Aplicações financeiras – vinculadas (**)	<u>(143.681)</u>	<u>(86.029)</u>
Dívida líquida	1.566.501	1.617.204
Patrimônio líquido	<u>581.428</u>	<u>512.824</u>
Endividamento líquido	<u>2.147.929</u>	<u>2.130.028</u>

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	5.671	3.960

24. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$121.960 (vide Nota explicativa nº 15), como receita de construção, (R\$89.346 em 30 de setembro de 2016) e como margem de construção de R\$1.208 (R\$903 em 30 de setembro de 2016).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 é de R\$2.022.758 (R\$1.900.803 em 31 de dezembro de 2016).

25. EVENTO SUBSEQUENTE

OAS

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral conforme Nota 12, firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias 3
Informações contábeis intermediárias 6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2017 12

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 243.850 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 225.252 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações Lava Jato e Greenfield. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 12 e 13 às informações contábeis intermediárias, que inclui

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas n.º 3, 12 e 23 as informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. (em recuperação judicial), dando continuidade ao processo arbitral, firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, até o momento, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, procedimento este, que somente poderá ser efetuado com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso da arbitragem. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Superintendente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativa ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017.

Bauru, 13 de novembro de 2017.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Superintendente

João Garcia Couri Neto
Diretor Financeiro Rodovias

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Superintendente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Concessionária referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017.

Bauru, 13 de novembro de 2017.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Superintendente

João Garcia Couri Neto
Diretor Financeiro Rodovias
